

Recuperação de Pastagens Degradadas como Solução Baseada na Natureza para Justiça Climática

Danielle Mendes Thame Denny¹; Carlos Eduardo Pellegrino Cerri¹

1 - RCGI – Research Centre for Gas Innovation, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo

O Brasil abriga uma das maiores extensões de pastagens degradadas do mundo — aproximadamente 39 milhões de hectares — cuja recuperação representa uma oportunidade estratégica para promover justiça climática, restaurar ecossistemas, aumentar a segurança alimentar e mitigar emissões de gases de efeito estufa (GEE). A pesquisa, desenvolvida como parte de um pós-doutorado em Ciência do Solo na USP, propõe-se a investigar os desafios jurídicos, políticos e de governança na implementação da recuperação de pastagens como estratégia de soluções baseadas na natureza (SbN). A análise tem como referência o Decreto no 11.815/2023, que instituiu o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), e busca avaliar criticamente seus mecanismos de operacionalização à luz de experiências práticas, marcos legais e políticas públicas associadas. A metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa e transdisciplinar, combinando revisão bibliográfica e documental com entrevistas semiestruturadas junto a stakeholders de diversos setores — incluindo representantes do poder público, pesquisadores, produtores rurais, técnicos de campo, entidades financeiras e organizações da sociedade civil. Os resultados preliminares indicam que, embora existam programas relevantes, como o Plano ABC+ (2020–2030), o Planaveg e a Plataforma AgroBrasil+Sustentável, há significativa fragmentação institucional, baixa coordenação interministerial e falta de previsibilidade no financiamento de longo prazo. Entre os principais obstáculos observados estão: (i) o descompasso entre escalas de formulação e execução das políticas públicas; (ii) a concentração dos incentivos financeiros em grandes empreendimentos, com pouco alcance aos pequenos e médios produtores; (iii) a morosidade na validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), crucial para elegibilidade a políticas de regularização; e (iv) a limitada rastreabilidade ambiental nos elos indiretos da cadeia pecuária, que dificulta a responsabilização por práticas ilegais, como o desmatamento e a grilagem. A ausência de mecanismos eficazes para internalizar os custos socioambientais da pecuária extensiva — como degradação do solo, perda de biodiversidade, contaminação hídrica e emissões de GEE — compromete o cumprimento das metas climáticas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris e no Marco Global de Biodiversidade. Por outro lado, experiências em andamento, como certificações socioambientais, programas de pagamento por serviços ambientais, sistemas integrados de produção e projetos de carbono voluntário têm demonstrado potencial de replicabilidade. A recuperação de pastagens degradadas está se mostrando ser o “nó crítico” que conecta múltiplas agendas a agrícola, ambiental, econômica de desenvolvimento. Para que esta estratégia se concretize como solução eficaz, é necessário promover reformas jurídicas, inovação em instrumentos de governança e articulação territorial baseada em transparência, participação e justiça distributiva, assegurando que as SbN gerem benefícios duradouros, legítimos e socialmente equitativos.

Palavras-chave: Justiça Climática; Soluções Baseadas na Natureza; Recuperação de Pastagens; Governança Ambiental; Políticas Públicas.